

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.530 - SC (2018/0138245-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **RITA DE CÁSSIA NUNES AZEVEDO**
ADVOGADOS : **NELSON ZUNINO NETO E OUTRO(S) - SC013428**
: **VIVIANE FAVERO KAMERS - SC031704B**
EMBARGADO : **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ**
ADVOGADOS : **LUÍS FERNANDO SESTREM - SC017172**
: **LEANDRO ROBERTO GONÇALVES E OUTRO(S) - SC040992**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS DE SUCUMBÊNCIA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. INEXISTÊNCIA DE UM DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Rita de Cássia Nunes Azevedo à decisão desta relatoria que negou provimento ao recurso especial interposto por Fundação Universidade do Vale do Itajaí.

Em suas razões, a embargante aduz ser omissa a decisão embargada acerca da ausência de fixação dos honorários de sucumbência, "omissão que também se dera no âmbito do recurso originário" (e-STJ, fl. 360).

Impugnação apresentada às fls. 364-368 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Razão não assiste à embargante.

Inicialmente, rememoro que apenas são cabíveis os aclaratórios quando existir no julgado omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, situação que não se observa na espécie.

No tocante à omissão apontada, ressalto que o caso dos autos não enseja o

Superior Tribunal de Justiça

arbitramento de honorários recursais de sucumbência, porquanto o acórdão recorrido foi proferido em julgamento de agravo de instrumento, sem a prévia fixação da verba honorária.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 7/STJ. NÃO APLICAÇÃO.

1. Não se conhece do agravo do art. 1.021 do novo Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

2. Não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator